

Laudo pericial confirma: incêndio foi criminoso

Para advogado dos moradores de Balbino há morosidade da Justiça

ANTÔNIO CARLOS

O laudo pericial do Instituto de Polícia Técnica da Secretaria de Segurança Pública confirma que os quatro barracos em Balbino, Município de Cascavel, foram destruídos por intermédio de fogo. Diz ainda que o incêndio foi proposital, portanto criminoso. O inquérito policial está instaurado no local da ocorrência em Cascavel.

A propósito do caso da comunidade de Balbino, o advogado dos moradores José Leônidas de Freitas, informou que na área judicial a questão está praticamente parada, apesar do tempo decorrido da entrada dos pleitos de usucapião, em 1983. Para ele, esse retardamento da Justiça é um dos principais motivos desse desdobramento que agora está na área policial.

Acrescenta Leônidas de Freitas que a morosidade da Justiça, o Juiz da Comarca de Cascavel até hoje só julgou um dos 14 processos de usucapião, "encorajou Rui Caminha e Ticiane Fiuza, supostos proprietários a praticarem os esbulhos e as turbacões que, no momento, estão se verificando na área litigiosa". Adianta que o caso de Balbino constituiu-se numa especulação imobiliária.

POSSEIROS

Em Balbino, 14 posseiros entraram na Justiça com ações de usucapião, reintegratória de posse e uma cautelar de atentado. A exceção de Luiz Quirino Silva, todos os casos deram entrada em 1983. Ou seja, já faz mais de quatro anos que estão pendentes na Justiça. Conforme Leônidas Freitas, apenas em 1984 o Juiz de Cascavel julgou favoravelmente a posse de José Argemiro Pires.

Ele explica que o usucapião tem duas fases: a primeira dá a prévia justificação de posse, vindo depois uma ordinária que visa a declaração do domínio em prol do posseiro. Informou, ainda, que tem direito a ação as pessoas que estão numa área há mais de 20 anos sem interrupção, nem oposição de quem quer que seja. Este, afirma, é o caso dos moradores de Balbino que vivem na área, cerca de 200 anos desde bisavós, avós e pais.



Leônidas queixa-se da morosidade da Justiça de Cascavel

ESPECULAÇÃO

O advogado dos pescadores de Balbino conta que o litígio começou quando o Juiz da Comarca determinou a citação dos conflitantes. Foi quando apareceu, de acordo com ele, Rui Barbosa Caminha, em 1984, apresentando uma escritura inidônea. Resumindo a situação, Leônidas Freitas diz que o caso é que Rui Caminha comprou um pedaço de terra na Pindoretama e estendeu para onde não tinha dono oficial.

Segundo ele, este é um fato comum de especulação planejada em que o dono de um terreno avança sobre outro sem escritura. "Balbino é um caso de especulação do Rui Caminha que é useiro e vezeiro nesse tipo de procedimento", afirma acrescentando que ele queria se aproveitar da ingenuidade do povo para tentar tomar a terra.

Leônidas Freitas garante que a escritura de Rui Caminha não corresponde a área de Balbino. Ele acredita que como a terra que apresenta como sendo dele não tem localização correta, nem nenhum ponto de referência, Caminha aproveita para confundir a Justiça. Na escritura apresentada pelos donos da Imobiliária IWA existem dois erros crassos. O primeiro se refere ao fato de dizer que o imóvel é rural quando se sabe que o povoado de Balbino localiza-se

na região praiana. O segundo diz respeito ao nome Caponga do Alagar que a Prefeitura Municipal de Cascavel já declarou como inexistente no Município ou próximo as localidades de Caponga ou Balbino.

DONOS

O advogado Leônidas Freitas esclarece que as terras em litígio na localidade de Balbino pertencem a parte que fica na preamar à Delegacia do Serviço de Patrimônio da União — área vulgarmente conhecida como sendo de Marinha. Enquanto a parte litigiosa do terreno, de acordo com ele, pertence aos posseiros porque não tem ninguém com prova de domínio, ou seja, não há escritura. "Os posseiros estão lá faz muitos anos e quando chegaram o terreno era abandonado", conta.

Quanto a informação de que existe loteamento da área registrado em cartório de Cascavel, Leônidas Freitas diz que existe um projeto de loteamento para o local. Adianta que este não foi registrado em face de sua ilegalidade. Até a Sudéc já se manifestou contra a divisão e alertou o prefeito Jurandir Dantas de "que nenhum loteamento deverá ser aprovado sem que antes seja submetido ao órgão estadual de meio ambiente".

Casas são destruídas em Cascavel

Homens armados queimam casas, derrubam cercas e ameaçam moradores de Balbino

FOTOS: ANTONIO CARLOS

A comunidade de Balbino, localizada no distrito de Caponga, Município de Cascavel, viveu ontem momentos de tensão e desespero quando homens armados invadiram e queimaram quatro casas, derrubaram cercas com tratores e ameaçaram de prisão os moradores. Essa foi a segunda vez que o povoado sofreu a agressão a mando de Rui Caminha Barbosa Júnior, proprietário da Imobiliária IWA que alega serem suas as terras onde vivem os nativos. Segundo esses, pelos menos há 200 anos vivem ali desde seus bisavós, avós e pais.

Os moradores contaram que o pessoal chegou ao local por volta de 10 horas da manhã e foi logo ameaçando os presentes dando tiros para cima e botando fogo às casas. Acrescentam que não sabem se os invasores eram policiais pois não estavam fardados, entretanto identificaram o veículo de placas UB 3522 carro 030 como sendo da Polícia. Os homens armados até de escopetas diziam que eram da "Federal" e apesar de não terem mostrado nenhum documento comprobatório diziam que tinham autorização do Juiz da Comarca de Cascavel para o serviço.

QUESTÃO

Os nativos de Balbino, pescadores na maioria, estão disputando com os donos da Firma IWA, de Ticiania Fiúza Caminha Barbosa e Rui Caminha Barbosa Júnior, a posse das terras há mais de dois anos. Conforme Raimundo Ferreira Sena, aproximadamente 12 pessoas estão recorrendo na Justiça com o usucapião, desde 1983, mas até agora nenhuma resposta foi dada. Para conseguir o terreno e promover o loteamento os reclamantes já fizeram de tudo, conforme afirmou os pescadores.

A comunidade de Balbino relata, por exemplo, em documentos enviados ao Delegado do Serviço de Patrimônio da União, que a escritura que os proprietários da IWA mostram como da terra é falsa. E mostram a incongruência com a realidade geográfica do povoado quando o documento de posse que apresentam diz que o terreno é rural situado em Caponga do Alagamar, distrito de Pindoretama. Entretanto, declarações do Prefeito Municipal de Cascavel,



Só algumas madeiras e palhas restaram de uma das casas

testa que não existe nenhum lugar denominado Caponga de Alagamar nas imediações dos lugares Caponga e Balbino.

Outra informação que os moradores de Balbino apresentam como errada a escritura dos que alegam serem donos das terras é o fato de constar nela textualmente a denominação de imóvel rural quando se sabe que a área é praiana. Em Balbino, corre ainda a informação de que o Juiz da Comarca de Cascavel teria dado liminar de concessão de posse a Imobi-

liária IWA mas sem ordem de retirar cercas ou proceder demolições. No local em questão, uma parte das terras pertence à Marinha e outra está ocupada pelos pescadores. Muitos com o usucapião em andamento. Alguns moradores, por sua vez, explicam que o Juiz de Cascavel esteve em Balbino e negou que tivesse concedido liminar.

RELATÓRIO

Relatório técnico de inspeção assinado pelo geólogo João Barros Gur-

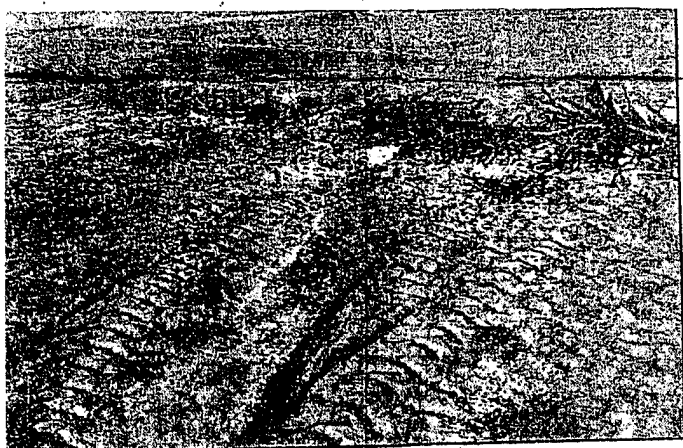
gel, da Sudec, comprova que está havendo em Balbino uma série de agressões à natureza num flagrante desrespeito às leis do meio ambiente. Esta notificação foi enviada ao Prefeito Municipal de Cascavel em ofício do Superintendente do órgão, Antônio Nóbrega Filho. O documento diz ainda que "estes atos, conforme denúncia apresenta, estão sendo praticados pelos Srs. Rui Caminha Barbosa Júnior e Ticiania Fiúza Caminha responsáveis pelo loteamento no citado lugar".

Finalizando o ofício, Antônio Nóbrega, lembra ao Prefeito que nenhum loteamento deverá ser aprovado sem que antes seja submetido ao órgão estadual de meio ambiente. No relatório do geólogo João Barros ele diz que "percorrendo toda a área, observamos que em diversos locais, a vegetação de mangues foi destruída durante a abertura de picadas para construção de cercas. Afirma ainda o técnico que "na margem direita da desembocadura do Riacho Mupeba, em Balbino, foram colocadas várias fileiras de palhas de coqueiros enteradas no chão, em posição estratégica para acumular areia de praia secas trazidas pelo vento".

Conforme João Barros, "essa técnica nos parece um meio hábil de aterrar a área da desembocadura do riacho, em tempo breve, sem a utilização de tratores". Sobre o aterramento deste lago os moradores disseram, ontem, que se isto for feito será o fim da comunidade de Balbino, pois é dali que tiram seu sustento, pescando camarão. O geólogo no final de seu relatório técnico alerta que as depredações ao meio ambiente no local, estão se dando principalmente nos terrenos da Marinha e seus acréscidos (terras próximas).

POLÍCIA

O Secretário da Segurança Pública, Renato Torrano, ao saber das ocorrências registradas ontem em Balbino, informou que instaurou sindicância para identificar as pessoas que se apresentaram como policiais durante a ação. Acrescentou que se for provada que os que agiram intimidando os moradores do povoado são policiais civis estes serão punidos administrativamente, pois só poderiam fazer o que fizeram, com ordem judicial.



No terreno ficaram gravadas as marcas dos tratores usados



Maneira "sutil" da imobiliária aterrar riacho Mupeba

SPU nega ter autorizado construções

A propósito das afirmações do empreendedor Ivens Dias Branco de que tinha autorização para desenvolver os trabalhos nas dunas da praia do Iguape, o delegado do serviço do Patrimônio da União Sebastião Almeida Castelo Branco afirma não ter autorizado qualquer construção naquela área. "A nossa atribuição é de fiscalizar os terrenos de Marinha", atesta. "Gostaria que o Ivens Dias Branco nos mostrasse a documentação que tem a autorização do SPU". Diz ainda que a finalidade do Serviço é apurar qualquer irregularidade e comunicar os fatos à Procuradoria da República.

Enquanto isto, a Aumerf (Autarquia da Região Metropolitana de Foz de Iguaçu), através de Airton Ibiapina, confirma que o projeto para a construção de estradas e loteamento das dunas foi autorizada pelo órgão. Em razão das denúncias feitas pelo O POVO, será enviado ao local, dentro de dois dias, um técnico para verificar quais as irregularidades ali existentes. "Se elas forem confirmadas chamaremos o proprietário do imóvel para que preste esclarecimentos para tomarmos as devidas providências".

—A Capitania dos Portos não poderá fazer qualquer fiscalização na praia do Iguape". A afirmação é do Ajudante de Ordem, Capitão Fernandes. Justifica dizendo que o empreendedor adquiriu a área, através do decreto nº 9760, do Serviço do Patrimônio da União. "Os terrenos que pertenciam à Marinha, no Iguape, hoje são da Prefeitura de Aquiraz. Então não podemos fazer qualquer fiscalização no Iguape", completa.

Moradores relatam acontecimentos

O sofrimento estampado no rosto de dona Nelsa Sena, 62 anos, viúva, resumia o desespero vivido na manhã de ontem pelos moradores do povoado de Balbino, em Cascavel. Inconformada, ela chorava lamentando a casa queimada e a cerca destruída pelo trator. "Agora os bichos vão destruir meus coqueiros", explicava acrescentando que naquela pequena área tinha plantado também milho e feijão. Disse ainda que nem todos os seus pertences foram salvos do fogo pois não deu tempo tirar.

Instada para saber a quem pertencem as terras de Balbino disse: "Esse terreno foi do meu avô e passou pro meu pai. Meu avô morreu com 100 anos", completou entre soluços sem parar de lamentar a destruição e as coisas perdidas. Seu filho, Raimundo Ferreira Sena, 41 anos, pescador, conta que tinha uma casa na área da Marinha com o objetivo de guardar os objetos da jangada. "Há uns cinco meses construí essa casa aqui, diz apontando para o que restou da moradia. Hoje, chegaram e desmancharam tudo e ainda ameaçaram se a gente não se afastasse levaria preso e algemado".

Acrescenta que "pegaram a lata que minha mãe carrega água e atiraram nela. Além disso, levaram uma enxada e sumiu um depósito de plástico de carregar água para o mar, como também o remo da jangada", emenda Raimundo Sena. Ele explica que já está com três anos que eles — os donos da imobiliária IWA — querem invadir. "Nós conta que somos nativos daqui", esclarece. Raimundo informa ainda que Rui Caminha já quis comprar as terras mas ninguém quis vender. "Aí agora querem tomar na marra", diz lembrando a escritura falsa e o fato de nunca ninguém ter ouvido falar em parentes

da família Barbosa Caminha na localidade. "E como é que eles são herdeiros?", emenda.

NOVAMENTE

Luis Quirino da Silva, vítima da primeira vez em que a comunidade de Balbino foi invadida e teve destruídas as casas de pescadores, em outubro do ano passado, não escapou novamente da violência. Da vez anterior, sua casa ficou no chão, bem como uma plantação de 170 coqueiros. Ontem, sua sorte não foi melhor e Luis Quirino que temia em permanecer na área, mais uma vez ficou com a casa queimada e a cerca ao re-

dor dela destruída. De idade avançada, o pescador passou mal durante a ação intimidadora dos homens armados.

Também o pescador José Argemiro Pires teve sua residência queimada e seus pertences jogados ao relento. Relata Argemiro que quando chegou ao local, ontem pela manhã, eles já começavam a destruir o casebre, então perguntou com ordem de quem faziam aquilo. "Disseram que era com ordem do Juiz e que eu ajudasse a desmanchar a casa. Como me recusei, me empurraram e ao meu menino também, além de terem encostado um revólver nas minhas costelas".



Desespero estampado no rosto de dona Nelsa Sena

Quarta-feira, 30/12/87

ESTADO

29.07.87 - ANTÔNIO CARLOS



No Balbino, desespero de uma das chefes de famílias que teve casa destruída

Especulação imobiliária destruiu dunas e queimou casas na zona litorânea

A especulação imobiliária no litoral cearense, em 1987 promoveu a destruição do sistema, provocou o desequilíbrio ecológico. Exemplo dessa devastação aconteceu na praia do Balbino, no município de Cascavel, onde os empreiteiros Ticiane Fiúza e Rui Caminha, proprietários da Imobiliária IWA mandaram homens armados, se dizendo da Polícia Federal, queimar quatro casas, derrubar cercas, além de barrarem a entrada da água do mar, no riacho Mupéba e destruírem um mangue. Eles alegavam serem os donos das terras onde vivem os nativos.

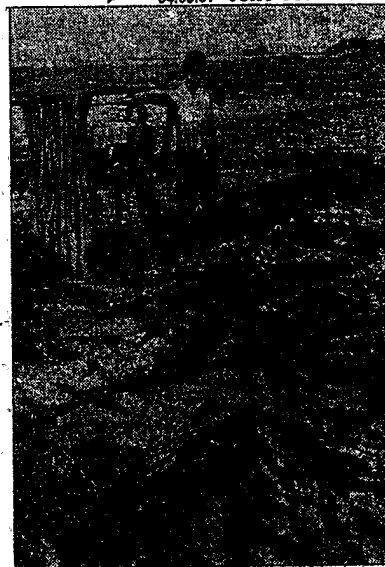
Por ordem do Juiz da Comarca de Cascavel, Elieser Pinto, os empreiteiros foram obrigados a reconstruírem o ambiente anterior, abrindo a barra da praia do Balbino, remontando as dunas e desaterrando a entrada do riacho. O processo devastador dos bens naturais, provocado por homens inebriados pelas vantagens co-

merciais se apresenta, também nas construções irregulares e na devastação ambiental de Jericoacoara, que foi designada como Área de Proteção Ambiental, pelo Presidente da República.

Enquanto isso, na praia do Iguape, o empreiteiro Ivens Dias Branco mandou a Construtora Marg Terraplanagem Mecânica e Comércio Ltda destruir duas dunas grandes, que abrigavam a vegetação que a protegia contra o vento, para a construção de 38 mil metros de calçamentos e demarcação de 40 quadras. Com esta investida, os 4 mil habitantes do Iguape correm o risco de verem a cidade ser soterrada. A Sudec proibiu, somente, a devastação das dunas.

A agressão à natureza e, principalmente, aos nativos da Caponga é gritante. O proprietário da Empresa Fortaleza de Comunicações (Fortel), Jacaína Marques, construiu em setembro último, uma barragem na-

01.09.87 - JOÃO GUIMARÃES



Outra palhoça destruída

queixa localidade, a fim de possibilitar a implantação de um viveiro particular de camarão. Os pescadores reclamaram que no local existe uma pequena lagoa conhecida como "Buraco do Camarão" de onde eles retiram as iscas (saúna, sardinha e camarão) para a pescaria. Ela é a maior produtora de crustáceo da região, possibilitando a pesca durante todo o ano.

O POVO

Ano LX — N.º 19.064 — Fortaleza, Ceará — Quinta-feira, 30 de julho de 1987 — Cz\$ 15,00

Casebres destruídos na Caponga

Homens armados, se dizendo da "Federal", invadiram e queimaram ontem, pela manhã, quatro casas, derrubaram cercas com tratores e ameaçaram de prisão os moradores da comunidade de Balbino, localizada no distrito de Caponga, Município de Cascavel. Os moradores contam que o pessoal chegou ao local de manhã e foi logo ameaçando os presentes. **Página 9**



Os donos dos casebres foram tomados pelo desespero

Instado sobre se Caponga do Alagamar e Balbino são os mesmos lugares, disse que não sabia. "Não sei onde e

documento pela Comarca ou pelo Tribunal de Justiça do Estado.

Eliezer Pinto explica que o despacho de recebimento do agravo de instru-

que serão criadas a longo prazo empresas comunitárias, que utilizarão a mão-de-obra profissionalizada.

BENEFÍCIOS

Sexta-feira, 7/8/87

EST

Construtora desafia ac

— Desafiemos esses litigantes a aceitarem a composição de uma comissão, com força de Juízo Arbitral, com a participação de um representante da Igreja, do Serviço do Patrimônio da União, do Ministério Público, da Secretaria de Ação Social do Governo do Estado, da Capitania dos Portos, da Secretaria de Segurança e Trêz da Imprensa, para se dirigirem ao local, examinarem a situação, as alegações das partes e emitirem conclusão.

Esse é um trecho de documento encaminhado ao O POVO, assinado por Ticiane Fiúza Caminha Barbosa e Rui Caminha Barbosa Júnior pro-

prietários da empresa IWA Consultores, Empreendimentos e Representantes Ltda. em que rebatem argumentação do advogado José Leônidas Freitas, defensor dos pescadores da Praia do Balbino, em Cascavel. Argumentam ainda que a empresa é real proprietária de uma gleba de terra, com 30 ha., no lugar Caponga do Lagamar.

NA JUSTIÇA

O documento da IWA Consultores, Empreendimentos e Representantes Ltda., sugere que "se alguém arguir, por mera levandade, ser falso o título, que a faça na Justiça, sobretudo

se trata de advogado, foro próprio para elucidar questões de tal natureza. Contudo, o advogado que aparece nunca ingressou na Justiça com qualquer pedido de anulação da escritura citada".

Argumenta ainda que "se esse advogado entende que a escritura é falsa, não passa de um omissor, por não requerer na Justiça declarações de falsidade do título; se assim não entende, mas pretende apenas fazer "onda" na Imprensa, tentando pressionar o Juiz de Cascavel no julgamento de ação de usucapião, não passa de um leviano irresponsável".

Delegado ouve envolvidos em Balbino

Os depoimentos dos moradores do povoado de Balbino, no Município de Cascavel, deram início ontem à fase preliminar do inquérito policial e da sindicância instaurados em torno dos incidentes verificados no último dia 29 de julho naquela localidade. Depois dos primeiros depoimentos de vítimas e testemunhas, o delegado Herbert Ponte e Silva disse que havia constatado que realmente pessoas a mando "de Rui Caminha foram ao local e destruíram quatro casas e alguns pertences dos moradores.

Conforme ele, por toda a próxima semana serão ouvidos os policiais acusados de envolvimento e os donos da Imobilizadora IWA, Rui Caminha Barbosa Júnior e Ticiane Fiúza Caminha Barbosa, que vão depor sobre os incidentes em Fortaleza, onde residem. Acrescentou que após a conclusão do inquérito, o que deverá acontecer antes dos próximos 30 dias, este será remetido ao Poder Judiciário, ao Juiz da Comarca de Cascavel que vai julgar o procedimento.

SINDICÂNCIA

O Delegado que preside a Sindicância que apura a responsabilidade funcional e disciplinar dos policiais civis na ação ilegal realizada em Balbino, Francisco Sales de Oliveira, disse que acha conveniente que Rui Barbosa Caminha Júnior seja ouvido, vez que todos os que depuseram estão atribuindo que ele seja o mentor da ação.

Francisco Sales, após os primeiros depoimentos dos moradores de Balbino, constatou que as versões são corroboradas, coincidem quase que totalmente, afora alguns detalhes. Assim, ele conclui que a respeito do fato e como sucedeu, as versões são as mesmas.

O pessoal do povoado contou que oito a 10 homens participaram do levante, tendo alguns moradores os identificado como policiais uns e outros não. Relatam ainda que os invasores foram transportados por um trator e dois bugres, de onde tiraram

o combustível para queimar as casas.

O delegado Francisco Sales explicou que pediu aos depoentes informações sobre as pessoas que estavam no local no dia da ação ilegal para que possa chegar a uma identificação. Acrescentou que se for necessário será feito um auto de reconhecimento para identificar os participantes.

PRELIMINAR

Adianta o presidente do Inquérito administrativo que uma sindicância preliminar foi feita no local pelo serviço reservado (P-2) da Polícia Militar. Este procedimento revelou que os policiais Cláudio, Batalha e Casé estiveram no local. Ontem, durante os depoimentos das vítimas e testemunhas houve muita emoção. Foi o caso de dona Nelsa Sena, uma das pessoas que tiveram sua casa e pertences destruídos. Ela não se conteve enquanto contava a história e, muitas vezes, chorou.



Delegado ouve depoimentos na fase preliminar do inquérito sobre queima das casas

O Povo - 29/8/87

Remonte de dunas em Balbino é feito sob direção da Sudec

Os trabalhos são de responsabilidade da imobiliária IWA

Dois técnicos, um geólogo e um engenheiro, da Superintendência de Desenvolvimento do Ceará (Sudec) se deslocaram ontem à praia de Balbino, no Município de Cascavel, com a finalidade de vistoriar e orientar o Remonte das dunas e desaterramento da entrada do riacho Mupeba, naquela localidade. Os trabalhos são da responsabilidade dos proprietários da imobiliária IWA, Rui Caminha e Ticiania Fiúza Barbosa.

Conforme decisão do Juiz de Cascavel, José Eliezer Pinto, o desfazimento de tudo quanto foi praticado pelos empreiteiros deverá ser feito num prazo de três dias, de modo a propiciar sem prejuízo ao meio ambiente, as mesmas condições de entrada d'água do mar na região dos mangues. O Superintendente da Sudec, Antônio Nóbrega, disse que os trabalhos ficarão a cargo da imobiliária. "Os tratores que obstruíram o canal Mupeba vão ser os mesmos a fazerem os remontes das dunas e a reabertura da entrada do riacho".

INTIMAÇÃO

Atesta que recebeu uma intimação do Juiz de Cascavel para que determinasse técnicos para orientar os serviços naquela praia, ficando sob a responsabilidade da construtora IWA os trabalhos de desmonte e reabertura do canal. "Tudo vai correr por conta da Construtora. O geólogo e o engenheiro vão apenas orientar como devem ser feitos os trabalhos, para que as condições voltem a ser as que eram antes dos proprietários da imobiliária terem produzido a degradação ambiental".

Antônio Nóbrega assegura que Rui Caminha e Ticiania Fiúza ao aterram o canal estavam condenando a morte lenta e gradual dos animais aquáticos que vivem nos mangues e o meio ambiente. "Constatai" "in loco", juntamente com o Subsecretário de Ação Social Pedro Albuquerque, vários prejuízos causados pela ação da IWA na praia de Balbino.



Ação também causou prejuízos à população local

tais como: diversas casas de palhas derrubadas, cercas de madeira incendiadas, além do prejuízo para os microorganismos que vivem nos mangues e, principalmente, para a população daquela localidade, que sobrevive da pesca artesanal", atesta.

Complementa afirmando que se a situação perdurasse por mais algum tempo, a comunidade ficaria sem condições de sobrevivência, já que ela vive da pesca. Relatou, ainda, do prejuízo no ecossistema. "Se o canal fica fechado, o movimento das marés se deslocará para a cidade. A situação, portanto, se agravará, porque o mar irá com mais violência para a

Caponga, invadindo casas", diz Antônio Nóbrega.

VISTORIA

Segundo o Superintendente da Sudec, o terreno invadido pela Imobiliária IWA pertence a União, por estar sob a Superintendência de Desenvolvimento do Ceará tem interesse na área, por ser, também, de manguê e de preservação ambiental. "Como os proprietários da Construtora avocavam o direito de posse contestada pelos moradores do Balbino, determinei que fosse feita uma vistoria na área destruída pela imobiliária", atesta.

ANTÔNIO CARLOS

Advogados e posseiros

MARIA ROSA



O juiz José Eliezer Pinto nomeia agrônomo para fazer perícia na localidade

Para o Juiz, os processos caminham

O Juiz da Comarca de Cascavel, José Eliezer Pinto, declarou que os processos dos moradores de Balbino não estão parados, conforme afirmou o advogado José Leônidas Freitas. "É o advogado que não está inteirado dos procedimentos que o Juiz toma", disse, acrescentando que não consta que tenha 14 ações de usucapição, reitratória de posse e uma cautelar de atentado para serem julgados em sua jurisdição.

Informou ainda que já nomeou o eng. agrônomo da Ematerce, Eaildo Macedo Luna, para fazer uma perícia em Balbino. Ele deverá iniciar o trabalho no dia 21 próximo, tendo o prazo de 30 dias para entrega do laudo. O juiz Eliezer Pinto explicou ainda que é facultado às partes litigantes a indenização de assistentes para acompanhar a perícia.

Segundo o Juiz, todos os processos de usucapição, que foram contestados pela IWA ou quem quer que seja, serão submetidos à perícia para saber se a área em litígio fica em imóvel pertencente ao contestante ou se situa em área marítima. Adiantou que os processos só serão julgados depois de feita a perícia desse procedimento.

LIMINAR

Para o Juiz da Comarca de Cascavel, a liminar que concedeu à Construtora IWA, não autoriza, porém, a derrubada de cercas ou destruição de qualquer construção no local — povoado de Balbino —, foi baseada na escritura apresentada. "Decidi a liminar de acordo com a documentação apresentada para a decisão. Ou seja a manutenção dos autores no lugar Caponga do Alagamar", explicou Eliezer Pinto.

Instado sobre se Caponga do Alagamar e Balbino são os mesmos lugares, disse que não sabia. "Não sei onde é

Caponga do Alagamar, já estive no povoado de Balbino", esclareceu. Entretanto, informou que a construtora alega que o terreno dela vai até a praia de Balbino. "A manutenção de posse que dei foi de Caponga do Alagamar. Se foram até Balbino, não sei", justificou.

Com relação à validade da documentação apresentada pela IWA, disse que se é válida ou inválida, este é um problema a ser decidido pela Justiça. "Se a escritura é idônea, compete ao Juiz decidir em ação própria, e não em ação de usucapição, muito menos numa possessória", observou.

ACORDO

Sobre se aconselharia um acordo entre os moradores do povoado de Balbino e a Construtora IWA, o juiz Eliezer Pinto afirmou que não. "As partes são livres para compactuarem o que bem entenderem. Quem vai muito orientar para uma decisão é a perícia, que deve ser feita por um técnico que não existe em Cascavel". Ele argumentou, também, que não sabe como os posseiros do povoado vão pagar, vez que os honorários do perito é um e meio salário mínimo regional e deverão ser pagos pelos contestantes, em partes iguais, com o prazo de 20 dias para o seu depósito prévio. Segundo ele, não há perito oficial no Estado.

Conforme o Juiz de Cascavel, o caso dos moradores de Balbino é complicado, com vários desdobramentos. Assim, a ação de manutenção de posse, de autoria da construtora IWA contra Luís Quirino da Silva gerou outras duas ações, uma de atentado, que está na contadora e, quando voltar ao fórum, será julgada, e um agravo de instrumento pela Comarca ou pelo Tribunal de Justiça do Estado.

Eliezer Pinto explica que o despacho de recebimento do agravo de instru-

mento, em 18 de outubro de 1986, está parado porque o advogado dos posseiros (Leônidas Freitas) não comparece ao cartório para formação do instrumento. Sobre se a ação demorada da Justiça no julgamento dos processos dos moradores de Balbino seria responsável pelos incidentes registrados na semana passada, foi taxativo: "Até agora ninguém mandou ninguém invadir ou demolir nada, nem destruir plantação de quem quer que seja", encerrou.

Iguatu, pólo das escolas comunitárias

Será implantado no dia 15 de setembro próximo, o programa de escolas rurais comunitárias na cidade de Iguatu, que será o primeiro polo do Estado. Os trabalhos serão coordenados por técnicos da Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC) e tem por objetivo formar em mão-de-obra rural permanente, com maior qualificação, dando ao homem do campo perspectivas de emprego, possibilitando assim sua permanência na terra.

Para fixá-lo no campo, a SEAC irá fornecer cerca de 40 cursos profissionalizantes, dentre eles estão: jardinagem, treinamento de doceiras, de parteira e de mecânica. Serão atendidos desde adolescentes até pessoas idosas. De acordo com o coordenador da secretaria especial, Luiz Paulo Moreira Lima, eles serão dados de acordo com o interesse da comunidade. Acrescenta que serão criadas a longo prazo empresas comunitárias, que utilizarão a mão-de-obra profissionalizada.

BENEFÍCIOS

Governo presta apoio aos moradores de Balbino

O Superintendente da Sudac, Antônio Nóbrega Filho, e o Subsecretário de Ação Social Pedro Albuquerque, que e outros técnicos estiveram ontem na comunidade de Balbino, praia localizada no distrito de Caponga, no município de Cascavel. As autoridades ali se dirigiram para "levar o apoio do Governo do Estado aos moradores vítimas pela ação de homens armados que na última quarta-feira incendiaram casas de pescadores sob a alegação de posse das terras.

"Vocês não estão sozinhos nessa briga", afirmou Nóbrega Filho, procurando tranquilizar os habitantes ainda muito tensos e apreensivos de novas investidas violentas, envolvendo homens da própria polícia civil, conforme já foi apurado e confirmado pelo Secretário de Segurança Pública, Renato Turrano, que promete punir os implicados. Amanhã, funcionários da Sudac irão na área de mangue de Balbino para reverter a técnica aplicada pelos especuladores que pretendiam um "aterro natural" do riacho Mupeba.

AÇÃO CONJUNTA

O Subsecretário Pedro Albuquerque observou que vários órgãos do Governo estão agindo coordenadamente no sentido de proteger a comunidade de Balbino para evitar que ações semelhantes continuem se repetindo lá, e em outras localidades. A Capitania dos Portos, a Sudac, a Polícia Militar (que já declarou não ter emitido ordem para fazer o que foi feito), a Secretaria de Segurança Pública (que na próxima terça-feira concluirá o laudo pericial das violências em Balbino) e a Secretaria de Ação Social estão desenvolvendo um trabalho integrado — assim como Albuquerque.

"Precisamos resolver definitivamente esse problema. Esta é a segunda invasão sofrida pelos moradores. A questão não pode continuar



FOTOS: EDMUNDO DE SOUSA

Autoridades da Sudac e Ação Social ouviram os pescadores

em litígio. Toda essa comunidade tem uma história de vida aqui. Os mais velhos foram crianças nessa praia. Daqui eles retiraram os meios de sobrevivência. Temos que proteger essa população. Aliás, a ordem legal é proteger essa comunidade composta de dois mil habitantes. Eles têm o direito de recorrer ao Estado para reconhecer como legal, esse direito histórico".

Quanto aos projetos da Secretaria de Ação Social, Albuquerque esclareceu que na pasta em que atua não há projetos de "cima para baixo". Eles têm linhas de apoio em áreas de atividades produtivas e no fortalecimento da organização comunitária. O primeiro passo, no caso de Balbino,

é apoiar a estruturação da Associação dos Moradores já em estágio de formação.

LEGALIZAÇÃO

Para orientar quanto à legalização da Associação, o Subsecretário levou consigo as técnicas Socorro Barreira, diretora do Departamento de Articulação Comunitária da Secretaria de Ação Social, e Cláudia Lima, chefe da Divisão de Estudos e Informações do Departamento dirigido por Socorro Barreira. "Nosso objetivo é proteger e fortalecer a comunidade", enfatizou Pedro Albuquerque, acrescentando que "uma comunidade sem organização é frágil".

A partir de uma Associação, obser-

sentarmos ao Governador que também está do lado de vocês". Emocionados, alguns pescadores mais idosos agradeceram aos visitantes.

Pedro Albuquerque acrescentou: "Ainda que as casas fossem construídas ilegalmente, a demolição e despejo não são casos da Polícia mas da Justiça. E pelo que já apuramos não houve ordem da Polícia Militar, nem da Secretaria de Segurança Pública, nem tampouco da Justiça. Estamos aqui para protegê-los contra as arbitrariedades, porque é papel também do Governo proteger à comunidade".

Nóbrega afirmou que "subtilmente" os pretendentes à posse das terras naquela praia plantaram palhas secas de coqueiros nas margens do riacho de modo que a corrente de ar provocasse um "aterro natural" do recurso hídrico, numa flagrante agressão ao meio ambiente. Amanhã, técnicos da Sudac se deslocarão de Fortaleza até Balbino para aplicar a mesma estratégia, porém dirigindo a área fina das dunas para outro lado, sem prejuízo do mangue e riacho.

VIOLÊNCIAS

O estado de tensão ainda persiste entre os moradores. Dona Nêusa Sena, 62 anos, está numa crise de choro permanente desde quando viu invadir sua casa com todos os pertences. Crianças de cinco anos foram enforcadas das casas sob a ameaça de serem queimadas juntas com as palhas secas, informou Luza, nete, de 14 anos, cujo irmão não pôde aproximar-se do que restou das palhas sem entrar num choro de pânico.

Menores de 13, 14 e 15 anos foram instigados, sob ameaças de morte, a "ajudarem" também a queimar as casas dos próprios pais e parentes. Isaias Ferreira Pires, 13 anos, mostra como um dos homens armados encostou a arma de fogo no



Isaias ameaçado de morte

seu tórax obrigando-o a derrubar uma das palhoças. Francisca Ferreira Pires, mãe de Isaias, Francisco de Assis (15 anos) e Raimundo Nonato (14 anos) presenciou os chutes em seus filhos que se negaram a participar dos atos de violência.

Francisca Pires relata ainda como seu marido continua doente com o vexame por que passou. Ele sofre de hérnia e teve uma arma de fogo enfiada em seu corpo ameaçando-o de morte e prisão. "Eles queriam levar meu marido preso sem ele ter roubado ou matado ninguém. Não deixei e eles me chamaram de atrevida, ameaçando a mim também".

O Subsecretário Pedro Albuquerque e o Superintendente Antônio Nóbrega Filho, da Sudac, enfatizaram que essa situação não pode continuar. "Os moradores podem e devem se ressarcir das perdas. Os responsáveis pagarão por isso. Eles não podem ficar impunes".